

**XXXII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI SÃO PAULO - SP**

**DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E
SOCIOAMBIENTALISMO III**

NORMA SUELI PADILHA

ANA FLÁVIA COSTA ECCARD

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direito ambiental, agrário e socioambientalismo III[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Norma Sueli Padilha, Ana Flávia Costa Eccard – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-341-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental. 3. Socioambientalismo. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO III

Apresentação

Sejam bem vindos a apresentação do GT que ocorreu na edição do XXXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, realizada na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na cidade de São Paulo, em 26 de novembro de 2025, de forma presencial, evidenciou, no âmbito do GT: DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO III, a urgência da temática ambiental e a pluralidade de abordagens teóricas e empíricas que atravessam o campo jurídico contemporâneo. As apresentações reuniram pesquisas que dialogam com conflitos ecológicos, justiça climática, agroindústria, povos tradicionais, governança ambiental e proteção dos bens comuns, oferecendo à comunidade científica um panorama denso e crítico dos desafios do Antropoceno no Brasil e na América Latina.

O Grupo de Trabalho – DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO III – contou com a coordenação das professoras Norma Sueli Padilha (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e Ana Flávia Costa Eccard (Centro Universitário Unifacvest), que estimularam um debate qualificado, interdisciplinar e acolhedor, garantindo a participação ativa de todos os presentes. A obra que ora apresentamos reúne os artigos selecionados por sistema de dupla revisão cega por avaliadores ad hoc, o que reforça o rigor acadêmico das contribuições. Os textos aqui reunidos, ao mesmo tempo que dialogam com a tradição do Direito Ambiental, Agrário e dos Direitos Humanos, tensionam seus limites, propondo novas categorias, leituras críticas e caminhos possíveis para a construção de uma ordem socioambiental mais justa e possível.

O trabalho “O DIÁLOGO AGROAMBIENTAL PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS (SIDH): ANÁLISE DA OPINIÃO CONSULTIVA Nº 23/2017”, de Tamires da Silva Lima, analisa a Opinião Consultiva nº 23/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, apresentado o meio ambiente como condição de possibilidade para a realização dos direitos humanos, em especial para grupos vulnerabilizados. Ao aproximar a temática agroambiental da jurisprudência interamericana, o artigo demonstra que o dever estatal de prevenção, precaução, participação e acesso à informação se projeta sobre conflitos agrícolas e territoriais, desestabilizando leituras estritamente produtivistas do espaço rural.

Em “ZONEAMENTO AMBIENTAL E SEGURANÇA JURÍDICA: REFLEXÕES A PARTIR DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE”, João Emilio de Assis Reis tem-se a

discussão a natureza jurídica do zoneamento ambiental, enfrentando a polêmica sobre a existência (ou não) de direito adquirido frente a normas mais restritivas. A partir do diálogo entre função social da propriedade, poder de polícia e desenvolvimento sustentável, o autor sustenta que não há direito subjetivo a degradar, e que o zoneamento ecológico-econômico é expressão da conformação constitucional da propriedade, devendo ser aplicado com prudência, mas sem capitular à chantagem econômica.

O artigo “BEM-ESTAR ANIMAL, PECUÁRIA E DIREITO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DA RASTREABILIDADE NO ESTADO DO PARÁ”, de Marcia Andrea Bühring e Victoria Coutinho Dutra, enfrenta o paradoxo de uma pecuária simultaneamente estratégica para a economia e produtora de profundos passivos socioambientais. Ao analisar o Sistema de Rastreabilidade Bovínea Individual do Pará (SRBIPA), as autoras articulam bem-estar animal, sustentabilidade e competitividade global, mostrando que a rastreabilidade pode ser instrumento de transparência e justiça ambiental, mas também revelar assimetrias e resistências, sobretudo entre pequenos produtores, se não for acompanhada de políticas públicas inclusivas.

Em “O TRIBUTO AMBIENTAL PARA O BEM COMUM: SUPERANDO A LÓGICA DO INIMIGO E A DICOTOMIA PÚBLICO-PRIVADO POR MEIO DA FRATERNIDADE JURÍDICA”, Raquel Cardoso Lopes propõe uma verdadeira mudança de paradigma: do tributo ambiental como mecanismo coercitivo e antagonista para um modelo de fiscalidade ecológica fundado na fraternidade jurídica e na democracia deliberativa. O texto desloca o debate da mera eficiência arrecadatória para a construção de um pacto socioambiental, em que a obrigação tributária se legitima pela coparticipação na tutela dos bens comuns.

O estudo “A DECLARAÇÃO PELO JUDICIÁRIO DA PERDA DA FUNÇÃO AMBIENTAL NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE”, de Fernanda Miranda Ferreira De Mattos Bohm e Ellen Frota, problematiza decisões judiciais que, na prática, substituem estudos técnicos complexos por juízos casuísticos sobre a perda da função ambiental em áreas de preservação permanente urbanas. As autoras demonstram que a regularização fundiária em APPs demanda critérios legais, técnicos e participativos, sob pena de se converter em mera convalidação da ocupação irregular e de fragilizar o próprio regime protetivo do Código Florestal.

Em “ÁREAS CONTAMINADAS E GOVERNANÇA MULTINÍVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS AGÊNCIAS SUBNACIONAIS”, Gilberto Márcio Alves examina a gestão de áreas contaminadas a partir da perspectiva da governança multinível, destacando o papel de agências subnacionais, como CETESB e FEAM, na construção de capacidades institucionais.

O artigo apresenta a tensão entre assimetrias federativas e exigências de justiça ambiental, apontando boas práticas e lacunas que revelam a urgência de um federalismo cooperativo efetivo, e não apenas retórico.

O trabalho “ENTRE A PEDRA E A MEMÓRIA: LIMITES E POTENCIALIDADES DA LEI N. 5.383/2021 DO AMAZONAS NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL”, de Priscila Farias dos Reis Alencar e Heloysa Simonetti Teixeira, analisa criticamente a instituição de um “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural” como instrumento de tutela dos bens culturais amazônicos. As autoras mostram que, embora simbolicamente relevante, a lei permanece insuficiente se não for acompanhada de políticas robustas, regulamentação infralegal e reconhecimento efetivo dos bens imateriais, sob pena de reduzir a proteção do patrimônio a mero ato comemorativo.

Em “MARKETING SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA JURÍDICA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE NA AGROINDÚSTRIA”, Francisco das Chagas Bezerra Neto, Matheus Matos Ferreira Silva e Taísa Alípio Gadelha aproximam Análise Econômica do Direito, agroindústria e marketing social, demonstrando como estratégias comunicacionais podem auxiliar na internalização de externalidades negativas e na indução de comportamentos sustentáveis. O artigo coloca que o marketing social, longe de ser mera retórica empresarial, pode se converter em mecanismo jurídico relevante para concretizar direitos difusos, desde que vinculado a políticas públicas e instrumentos regulatórios responsivos.

O texto “ENTRE A NORMA E A PRÁTICA: OS DESAFIOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BIOMA PANTANAL”, de Daniele Bittencourt e Livia Gaigher Bosio Campello, toma o Pantanal como emblema das tensões entre conservação normativa e devastação fática. Sob uma perspectiva ecocêntrica e socioambiental, as autoras analisam as Unidades de Conservação como instrumentos de justiça ecológica e proteção intergeracional, mas também revelam seus limites diante de pressões antrópicas, falhas de implementação e persistência do paradigma desenvolvimentista.

Em “A CRISE CLIMÁTICA NO BRASIL E O DIREITO DA SOCIOBIODIVERSIDADE”, Thaís Camponogara Aires da Silva mobiliza o pensamento sistêmico-complexo para discutir a crise climática e o direito da sociobiodiversidade. O artigo demonstra que a degradação ambiental e os eventos extremos expõem o esgotamento de abordagens lineares, exigindo um direito capaz de articular dimensões ecológicas, culturais, econômicas e sociais, com atenção especial às populações historicamente vulnerabilizadas.

O trabalho “JUSTIÇA CLIMÁTICA: A BUSCA POR ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA E CAMINHOS PARA UMA GOVERNANÇA EFICAZ”, de Hirdan Katarina de Medeiros Costa, Marcelle Torres Alves Okuno e Marilda Rosado de Sá Ribeiro, analisa a justiça climática como eixo integrador entre direitos humanos, corrupção, vulnerabilidade e litigância climática. Ao examinar instrumentos normativos, decisões judiciais e propostas legislativas, as autoras apresentam que a governança climática só se torna efetiva quando enfrenta assimetrias de poder, responsabiliza agentes públicos e privados e afirma a centralidade da participação social.

Em “REPARAÇÃO CLIMÁTICA PARA ALÉM DA JURISDIÇÃO: UMA ABORDAGEM PELA TEORIA TRIDIMENSIONAL DE NANCY FRASER”, Stefanny Kimberly Mourão Monteiro e Reginaldo Pereira utilizam a teoria tridimensional da justiça (redistribuição, reconhecimento e participação) para repensar a reparação climática para além dos limites tradicionais da jurisdição estatal. O artigo revela como o racismo ambiental, as desigualdades globais e as exclusões estruturais desafiam os modelos clássicos de responsabilidade, indicando a necessidade de arranjos institucionais inovadores e transnacionais.

O texto “CONHECIMENTO TRADICIONAL: A RIQUEZA DO SABER CULTURAL E AMBIENTAL NOS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS”, de Cristiane Moreira Rossoni e Aline Maria Trindade Ramos, confronta a racionalidade capitalista e a racionalidade indígena, abordando como a mercantilização dos saberes e dos territórios ameaça a diversidade cultural e ambiental. Ao mobilizar autores como Leff, Krenak, Kopenawa e Capra, as autoras demonstram que a efetivação da racionalidade ambiental exige reconfiguração do ordenamento jurídico e das políticas públicas, para além da lógica financeira.

Em “ENTRE O DIREITO E A REALIDADE: A INSUFICIÊNCIA DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA NATUREZA”, Livia Maria Martiniano Lacerda discute o paradoxo entre o reconhecimento normativo dos direitos da natureza e sua baixa efetividade prática. O artigo evidencia que, sem transformação estrutural dos processos decisórios, incluindo pluralismo epistêmico, participação de comunidades tradicionais e centralidade do princípio da precaução tais direitos correm o risco de permanecer como enunciados simbólicos, esvaziados de força material.

O trabalho “USO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS INOVADORAS PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIGITAL: PLATAFORMA EDUCACLIMA”, de Amanda Nicole Aguiar de Oliveira, Nelcy Renata Silva De Souza e Patrícia Fortes Attademo Ferreira, apresenta a plataforma EducaClima como tecnologia social voltada à educação ambiental

digital. Ao articular recursos pedagógicos (vídeos, jogos, podcasts, trilhas formativas) e competências socioambientais, o artigo demonstra que a educação ambiental crítica, apoiada em tecnologias sociais, é peça-chave na formação de sujeitos capazes de compreender e agir diante da crise climática.

Em “‘RIOS VOADORES’ E A FLORESTA AMAZÔNICA: IMPACTOS CLIMÁTICOS NO PAÍS”, Abraão Lucas Ferreira Guimarães explora a relação entre a Floresta Amazônica e os chamados rios voadores, destacando seu papel na dinâmica climática brasileira e latino-americana. O estudo explica como o desmatamento e as queimadas comprometem o regime de chuvas, afetando abastecimento de água, agricultura, energia e saúde pública, e reforça a centralidade da Amazônia como reguladora climática e bem comum de dimensão global.

O artigo “DIREITO AMBIENTAL EM DISPUTA: POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO E A SUSTENTABILIDADE NO ANTROPOCENO”, de Rosangela Pereira Gonçalves Brigagão, analisa com alta qualidade as disputas normativas em torno do licenciamento ambiental, com especial atenção ao PL 2.159 /2021 e ao PPA 2024–2027. Ao evidenciar a tensão entre compromissos multilaterais e políticas domésticas regressivas, o texto defende a emergência de um novo paradigma jurídico-político que articule socioambientalismo, direitos da natureza e justiça ambiental.

Em “O CASO DE BARCARENA (PA) E A RESPONSABILIDADE JURÍDICA POR DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS”, Verena Feitosa Bitar Vasconcelos e André Fernandes De Pontes tomam Barcarena como exemplo paradigmático de “zona de sacrifício”. A partir da análise de TACs, ações civis públicas e relatórios técnicos, os autores mostram como assimetrias de poder, morosidade judicial e fragilidade fiscalizatória produzem um cenário de reincidência de danos, no qual a responsabilidade jurídica permanece mais promessa do que realidade.

O trabalho “A IMPORTÂNCIA DA RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE ESCAZÚ: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO ACORDO DE PARIS E DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO”, de Geovana Lopes Carvalho, Carolina Merida e Patrícia Spagnolo Parise Costa, aduz que a não ratificação do Acordo de Escazú fragiliza a legitimidade e a transparência das políticas ambientais no agronegócio brasileiro. O artigo demonstra que Escazú, ao fortalecer acesso à informação, participação e justiça ambiental, é condição para a credibilidade das NDCs brasileiras e para a inserção competitiva do país em mercados cada vez mais exigentes do ponto de vista socioambiental.

Em “POVOS INDÍGENAS, SOCIODIVERSIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA – UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA ADPF Nº 709 NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, Roberta Amanajas Monteiro e Igor Barros Santos analisam a ADPF 709 como marco de proteção dos povos indígenas em contexto de crise climática e sanitária. O artigo demonstra que a demarcação e a proteção efetiva das terras indígenas são condições estruturais para a conservação da sociobiodiversidade e para a mitigação das mudanças climáticas, recolocando os saberes tradicionais no centro da governança climática justa.

Destaca-se ainda o trabalho “O DIREITO PENAL E O GRITO DA TERRA: UMA ANÁLISE PRINCIPIOLÓGICA DA RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL NO ARCAFOUÇO JURÍDICO BRASILEIRO” elaborado por Ana Virginia Rodrigues de Souza, Fabiane Pimenta Sampaio e Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro apresenta a função simbólica e material do Direito Penal na proteção ecológica, examinando seus limites estruturais e a urgência de sua reconfiguração diante da crise socioambiental contemporânea.

Por fim, o texto “O MARCO LEGAL DA INCOERÊNCIA AMBIENTAL: O PL 2.159/2021 SOB A PERSPECTIVA DA (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL”, de Thiago Luiz Rigon de Araujo e Luiz Ernani Bonesso de Araujo – este último fundador do GT –, aprofunda a crítica ao novo regime de licenciamento ambiental, apontando-o como marco de retrocesso e incoerência em relação à trajetória histórica de construção do Direito Ambiental brasileiro. Ao evidenciar o enfraquecimento do EIA/RIMA, a relativização de pareceres técnicos de órgãos especializados e o impacto sobre comunidades indígenas e quilombolas, o artigo mostra como o PL 2.159/2021 intensifica a injustiça ambiental e ameaça conquistas de quatro décadas. A participação do professor Luiz Ernani Bonesso de Araujo, em uma apresentação /aula especialmente dedicada ao tema, reforçou, no âmbito do GT, a necessidade de resistência acadêmica e política a tais retrocessos.

Em conjunto, os trabalhos apresentados no GT: DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO III reafirmam a centralidade da dimensão social, étnica e territorial nas discussões ambientais contemporâneas. As pesquisas aqui reunidas demonstram que não há proteção ecológica possível sem justiça climática, sem reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, sem redistribuição de riscos e benefícios e sem participação efetiva dos sujeitos historicamente silenciados. Ao articular teoria crítica, análise institucional, estudos de caso e propostas normativas, esta coletânea contribui para repensar o papel do Direito na travessia da crise ecológica, convidando Programas de Pós-graduação, operadores do sistema de justiça e movimentos sociais a um diálogo radicalmente comprometido com a vida em todas as suas formas.

Assim, os trabalhos reunidos nesta Grupo de Trabalho reafirmam que não há dissociação possível entre justiça ambiental, proteção da sociobiodiversidade, direitos humanos e democracia. Cada artigo, à sua maneira, desestabiliza a lógica predatória que reduz territórios, corpos e saberes a meros objetos de exploração, e aponta para formas outras de habitar o mundo, fundadas na reciprocidade, na responsabilidade coletiva e na escuta das populações historicamente vulnerabilizadas. Em sintonia com o pensamento de Nego Bispo, que nos lembra que “a terra dá, a terra quer”, isto é, que a natureza exige devolução em forma de cuidado, respeito e partilha, e que na coletividade está a saída, convidamos à leitura atenta desta obra como exercício de alianças entre teoria e prática, denunciando injustiças e anunciando futuros/presentes possíveis, em que a centralidade da vida, e não do lucro, seja o eixo orientador das lutas, das instituições e das multiplicidades.

**ENTRE A PEDRA E A MEMÓRIA: LIMITES E POTENCIALIDADES DA LEI N.
5.383/2021 DO AMAZONAS NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**BETWEEN STONE AND MEMORY: LIMITS AND POTENTIALITIES OF LAW
NO. 5,383/2021 OF AMAZONAS IN THE PROTECTION OF CULTURAL
HERITAGE**

Priscila Farias dos Reis Alencar ¹

Heloyza Simonetti Teixeira ²

Resumo

O presente artigo tem por escopo avaliar a efetividade da Lei n. Lei n. 5.383/2021 do Estado do Amazonas, que institui o Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, como instrumento de proteção dos bens culturais materiais e imateriais no contexto amazônico. Parte-se do problema de pesquisa: a instituição da data comemorativa configura, de fato, um mecanismo eficaz para a promoção da tutela integral do patrimônio cultural na região? A hipótese sustentada é a de que, embora represente um avanço simbólico, a norma possui limitações conceituais e operacionais que comprometem sua eficácia, especialmente por restringir-se à dimensão material do patrimônio. A metodologia adotada nesta pesquisa baseou-se no método dedutivo, partindo de premissas gerais para a análise de casos específicos. Quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com fundamentação em tratados internacionais sobre patrimônio cultural, a legislação estadual mencionada, a doutrina especializada e legislação pertinentes. No que se refere à abordagem dos dados, a pesquisa possui caráter qualitativo, de caráter descritivo, voltando-se à compreensão e interpretação dos fenômenos jurídicos. Conclui-se que, para além do valor comemorativo, a data deve ser acompanhada de regulamentação infralegal, políticas públicas e reconhecimento efetivo da diversidade cultural amazônica, incluindo os bens imateriais como parte essencial da memória coletiva regional.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Direitos culturais, Bens imateriais, Amazonas, Política cultural

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to assess the effectiveness of Law No. 5,383/2021 of the State of Amazonas, which establishes the State Day for the Conservation and Restoration of Cultural Heritage, as an instrument for protecting both tangible and intangible cultural assets in the Amazonian context. The research problem addresses whether the creation of this

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental (PPGDA) pela Universidade do Estado do Amazonas. Agente Técnico-Jurídico do Ministério Público do Estado do Amazonas.

² Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Professora do Curso de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas- PPGDA; Procuradora do Estado do Amazonas.

commemorative date effectively constitutes a mechanism capable of promoting comprehensive protection of cultural heritage in the region. The hypothesis advanced is that, although the law represents a symbolic progress, it presents conceptual and operational limitations that compromise its effectiveness, particularly by restricting its scope to material heritage. The methodology adopted is based on the deductive method, moving from general premises to the analysis of specific cases. As to research techniques, the study is of bibliographic and documentary nature, grounded in international treaties on cultural heritage, state legislation, specialized doctrine, and relevant legal frameworks. Regarding data analysis, the research follows a qualitative and descriptive approach, oriented toward the understanding and interpretation of legal phenomena. The study concludes that, beyond its commemorative value, the effectiveness of the law depends on the implementation of regulatory measures, public policies, and the recognition of Amazonian cultural diversity, especially intangible assets as an essential part of the region's collective memory.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Cultural heritage, Cultural rights, Intangible assets, Amazonas, Cultural policy

INTRODUÇÃO

A proteção do patrimônio cultural é expressão do compromisso do Estado e da sociedade com a preservação da memória coletiva, da diversidade cultural e da identidade dos povos. No Brasil, essa tutela está juridicamente consolidada no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que reconhece como patrimônio cultural tanto os bens materiais quanto os imateriais, valorizando as múltiplas formas de expressão, modos de fazer, saberes, celebrações e construções que traduzem a trajetória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A partir desse marco, a proteção cultural deixou de se restringir à materialidade das edificações históricas para incorporar também os elementos simbólicos e imateriais da vida social.

No plano internacional, instrumentos como a Convenção da UNESCO de 1972 e, especialmente, a de 2003, contribuíram para a consolidação de uma concepção ampliada de patrimônio, que valoriza não apenas os bens tangíveis, mas também os conhecimentos, práticas e tradições culturais transmitidos entre gerações. Essa compreensão, que rompe com a visão monumentalista e eurocêntrica tradicional, é particularmente relevante em contextos marcados pela pluralidade étnica, como é o caso da região amazônica.

Nesse cenário, a promulgação da Lei n. 5.383/2021 pelo Estado do Amazonas, que instituiu o “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural”, representa uma iniciativa voltada ao reconhecimento do valor dos bens culturais locais. A escolha da data, em 17 de agosto, homenageia Rodrigo Melo Franco de Andrade e se inspira no Dia Nacional do Patrimônio Cultural, reforçando o simbolismo da preservação como dever compartilhado entre o poder público e a sociedade.

No entanto, da análise pormenorizada, observa-se que a norma amazonense apresenta limitações significativas ao concentrar-se exclusivamente nos bens materiais, sem contemplar, de modo expresse, os bens imateriais que compõem de forma substancial a identidade amazônica.

Diante disso, o presente artigo apresenta como problema de pesquisa a seguinte indagação: a instituição do Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, nos termos da Lei n. 5.383/2021, configura instrumento eficaz de proteção dos elementos materiais e imateriais do patrimônio cultural no contexto amazônico? Parte-se da hipótese de que, embora represente um avanço no reconhecimento simbólico da

importância da preservação cultural, a norma possui escopo limitado e carece de regulamentação e expansão conceitual para ser efetiva na tutela dos bens imateriais.

A relevância do tema reside na necessidade de se refletir criticamente sobre os instrumentos legais destinados à valorização da memória e da diversidade cultural, especialmente em regiões como a Amazônia, onde os elementos imateriais assumem papel central na construção da identidade coletiva. A metodologia adotada nesta pesquisa baseou-se no método dedutivo, partindo de premissas gerais para a análise de casos específicos. Quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com fundamentação em tratados internacionais sobre patrimônio cultural, a legislação estadual mencionada, a doutrina especializada e legislação pertinentes. No que se refere à abordagem dos dados, a pesquisa possui caráter qualitativo, de caráter descritivo, voltando-se à compreensão e interpretação dos fenômenos jurídicos.

1 Fundamentos Jurídicos do Patrimônio Cultural

A compreensão do patrimônio cultural não é estática, mas resulta de uma construção social e histórica que reflete as disputas em torno da memória, da identidade e do poder simbólico. A noção de patrimônio, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 35), remonta à Revolução Francesa, no final do século XVIII, quando os bens históricos e artísticos passaram a ser utilizados como instrumentos de construção da ideia de nação. Nesse contexto, a proteção estatal conferida a determinados objetos ou edificações – como igrejas, fortalezas, palácios e monumentos – visava assegurar o que se denominava “valor nacional”, capaz de sedimentar um sentimento de pertencimento e continuidade histórica.

Durante muito tempo, a política patrimonial permaneceu centrada nesses bens imóveis e monumentais, o que configurou uma abordagem eurocêntrica, monumentalista e excludente, voltada à conservação da “pedra e cal”. Tal visão tradicional estabelecia uma hierarquia de valor cultural que privilegiava as expressões materiais das elites urbanas em detrimento das manifestações populares, periféricas e orais. Esse modelo hegemônico, além de restringir a diversidade cultural reconhecida pelo Estado, excluía práticas cotidianas, saberes tradicionais e formas de vida de grupos historicamente marginalizados.

A institucionalização da proteção ao patrimônio no Brasil antecede a Constituição de 1988, tendo início ainda na década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesse período, consolidou-se um modelo normativo inspirado na tradição francesa, com forte ênfase no tombamento de bens imóveis de valor histórico, artístico ou arquitetônico. Esse enfoque, embora pioneiro, reforçava a lógica seletiva do “valor excepcional”, o que, conforme destaca Fonseca (2003, p. 64), acabava por excluir da proteção estatal as expressões culturais não enquadradas nesse ideal de monumentalidade e erudição.

Com o passar das décadas, e sobretudo a partir de 1970 e 1980, passou-se a reconhecer que o patrimônio cultural não se limita à materialidade das construções ou à antiguidade dos objetos, mas se estende às práticas sociais, às formas de transmissão de saberes e aos modos de vida comunitários. Esse movimento foi impulsionado, entre outros fatores, pelo fortalecimento das lutas identitárias, pela valorização da cultura popular e pelo avanço da teoria crítica no campo jurídico e antropológico. É nesse contexto que emerge a ideia de “patrimônio vivo”, na qual o bem protegido é indissociável da coletividade que o produz e mantém.

A Constituição de 1988, ao incorporar essa visão ampliada, inaugurou uma nova fase na proteção cultural brasileira: a da centralidade dos sujeitos. A valorização dos grupos formadores da sociedade — indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos, comunidades tradicionais e urbanas — exige do Estado não apenas a conservação física de objetos, mas a promoção ativa da diversidade cultural como fundamento do Estado Democrático de Direito. Esta concepção atribui protagonismo às comunidades na definição dos bens relevantes à sua identidade, deslocando o poder de decidir o que é patrimônio das instâncias técnicas para um espaço de diálogo intercultural e democrático.

Neste contexto, o artigo 216 da Constituição Federal estabelece:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Tal dispositivo consolida uma concepção ampliada de patrimônio, reconhecendo como bens culturais não apenas os objetos e edifícios, mas também os saberes e práticas cotidianas que expressam a identidade coletiva. Ao romper com a rigidez da tradição monumentalista, o texto constitucional legitima a diversidade cultural como fundamento do próprio pacto republicano e impõe ao poder público o dever de assegurar a fruição e a salvaguarda desses bens em sua totalidade.

Ademais, como destaca Cerqueira (2012, p. 41), a concepção contemporânea de patrimônio cultural abarca uma multiplicidade de formas de expressão que dão conta da diversidade cultural, não apenas no que se refere aos diferentes grupos socioeconômicos e regionais representados, mas também quanto à pluralidade de manifestações que a memória e o patrimônio assumem. Temos, assim, de um lado, as expressões materiais ou tangíveis e, de outro, as formas imateriais ou intangíveis, igualmente indispensáveis para a caracterização da identidade nacional. Essa compreensão implica lidar tanto com o passado registrado em documentos escritos, monumentos e edificações históricas quanto com o passado que se manifesta em práticas sociais, tradições orais e expressões coletivas que configuram a cultura viva de uma coletividade.

Importa destacar que, no plano internacional, a Convenção da UNESCO de 1972, voltada à proteção do patrimônio cultural e natural mundial, ainda reproduzia o modelo materialista ao tratar de bens arquitetônicos, sítios e monumentos de valor “universal excepcional”. Tal instrumento reconhece que, embora o patrimônio cultural pertença simbolicamente à humanidade como um todo e esteja exposto a diversos riscos, determinados bens, em razão de suas qualidades notáveis, devem receber proteção especial. (PEREIRA, 2019, p. p. 86)

Já a Convenção de 2003 representou um divisor de águas ao definir e proteger o “patrimônio cultural imaterial” como o conjunto de práticas, representações, expressões, saberes e técnicas reconhecidos pelas comunidades como parte integrante de seu legado cultural. Ela também destacou a importância da salvaguarda desses bens mediante medidas educativas, cooperação internacional e participação comunitária. Segundo Pereira (2019, p. 96):

Da Declaração de Istambul de 2002 resultou a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003²⁰⁸, cujas finalidades são, consoante seu art. 1º: a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; b) o respeito do patrimônio cultural imaterial dos grupos, comunidades e indivíduos envolvidos; c) a sensibilização (em âmbito local, nacional e supraestatal) para

a importância do patrimônio cultural imaterial e da sua apreciação recíproca; e d) a cooperação e assistência internacionais.

Observa-se que a supramencionada Convenção consolidou uma mudança paradigmática no tratamento jurídico e institucional do patrimônio cultural, ao reconhecer a centralidade dos sujeitos e das práticas sociais na constituição da memória coletiva. Ao contrário das normativas anteriores, que privilegiavam os bens materiais, monumentais e arquitetônicos, a Convenção de 2003 voltou-se à valorização dos saberes, técnicas, expressões e representações vivas, transmitidas entre gerações e que constituem o tecido simbólico das comunidades. Contudo, para que os avanços normativos dessa Convenção se traduzam em efetividade, é imprescindível que sejam acompanhados por políticas públicas comprometidas com a promoção concreta dos direitos culturais em todas as suas dimensões.

É necessário ressaltar que a proteção jurídica do patrimônio cultural, para ser efetiva, não pode prescindir de políticas públicas integradas que articulem educação, participação social, financiamento e governança cultural. Conforme adverte Cunha Filho (2021, p. 54), os direitos culturais não podem ser reduzidos a normas programáticas ou a dispositivos decorativos da Constituição, mas devem ser tratados como direitos exigíveis, dotados de densidade normativa e concretude. Nessa perspectiva, a distinção entre bens materiais e imateriais perde seu caráter hierárquico e assume contornos complementares, exigindo do poder público um olhar sensível às múltiplas formas de existência cultural presentes no território brasileiro.

Nessa linha, Cunha Filho (2021, p. 44) sustenta que os direitos culturais devem ser compreendidos como direitos fundamentais de terceira geração, cuja efetividade exige do Estado o reconhecimento da diversidade cultural e a promoção da justiça cultural. Essa justiça implica não apenas o acesso à fruição de bens culturais, mas, principalmente, a participação dos sujeitos na definição do que deve ser protegido e na forma como essa proteção se dará.

Marchesan (2007, p. 92-93), por sua vez, ressalta que a proteção do patrimônio deve estar orientada por critérios técnicos de conservação, assim também por um compromisso com a memória coletiva, sobretudo das populações silenciadas. A autora alerta que, se a política patrimonial continuar orientada somente pelos parâmetros formais de tombamento e restauração de edificações, corre-se o risco de perpetuar desigualdades e excluir sujeitos culturais do processo de reconhecimento e valorização institucional.

Acerca da ideia de patrimônio cultural, importante mencionar Robério Braga (2007, p. 78) que assim o conceitua:

Assim, deve-se considerar que constituem patrimônio cultural, de forma isolada ou em conjunto, os bens materiais e imateriais que possam representar referência à identidade nacional considerados todos os grupos formadores da sociedade, em que se inserem as representações das raças e origens mais diversas que compõem atual e historicamente a paisagem humana nacional. É o que deixa claro a Constituição da República, fixando ainda neste diapasão que no patrimônio cultural se incluem as formas de expressão, os modos e modas de ser, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras e documentos, objetos, edificações e espaços que se destinem às manifestações artístico-culturais e os conjuntos arquitetônicos; e os sítios especiais, os de valor artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científicos existente no território brasileiro.

Assim, os fundamentos jurídicos do patrimônio cultural apontam para uma necessária superação do paradigma materialista. O patrimônio deve ser compreendido como uma construção dinâmica e relacional, que envolve a memória, a identidade e a participação ativa das comunidades. A proteção jurídica deve abarcar tanto os bens materiais quanto os imateriais, assegurando-lhes sua fruição pelas presentes e futuras gerações, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da diversidade cultural.

2. A abrangência da Lei n. 5.383/2021 do Estado do Amazonas

Em âmbito federal, o Brasil já possui uma data dedicada à promoção da preservação cultural: o Dia Nacional do Patrimônio Cultural, celebrado em 17 de agosto, em homenagem ao nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e primeiro dirigente do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

Essa celebração tem como objetivos conscientizar a população sobre a importância da preservação dos bens culturais, fortalecer a identidade nacional e promover o direito à memória, abrangendo tanto o patrimônio material quanto o imaterial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional promove, anualmente, uma série de atividades em todo o país, como seminários, mostras, oficinas e eventos educativos, com enfoque na valorização da diversidade cultural brasileira e na ampliação da participação social (IPHAN, 2023).

Inspirado nessa celebração nacional, o Estado do Amazonas promulgou, em 7 de janeiro de 2021, a Lei n. 5.383, que institui o Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, a ser comemorado anualmente na mesma data, 17 de agosto. O projeto de lei (PL n.º 145/2020), de autoria do deputado estadual Saullo Vianna, justifica a instituição da data como forma de incentivar a conservação dos bens culturais, promover a educação patrimonial e reforçar a identidade cultural regional. A proposta reconhece a importância de preservar o patrimônio como elemento constitutivo da nacionalidade e do desenvolvimento socioeconômico.

Não obstante, diferentemente do que ocorre no plano federal, a lei estadual limita-se a enaltecer os bens materiais, sem qualquer menção expressa ao patrimônio cultural imaterial. A redação da norma destaca ações de conservação e restauração física, sem contemplar saberes tradicionais, formas de expressão simbólica ou modos de vida que integram, de maneira indissociável, a diversidade cultural amazônica. Essa omissão compromete a amplitude da proteção patrimonial e evidencia a persistência de uma abordagem tradicionalista, centrada na monumentalidade e na visibilidade dos bens.

Tal omissão contrasta com a regulamentação federal do patrimônio imaterial, consolidada pelo Decreto n.º 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e reconheceu que a memória e a identidade da sociedade brasileira se expressam em saberes, celebrações, formas de expressão e lugares vinculados à vida comunitária. Ao adotar essa perspectiva, o ordenamento nacional superou a visão elitista e restritiva de patrimônio, antes centrada apenas em bens arquitetônicos e artísticos, aproximando-se de um conceito antropológico de cultura.

Como destaca Cerqueira (2012, p. 41), limitar o patrimônio à materialidade significava não abarcar a diversidade cultural do país e excluir práticas populares e regionais da proteção estatal. Nesse sentido, o registro oficial de bens imateriais passou a desempenhar papel fundamental na valorização das tradições populares e na consolidação da diversidade cultural como suporte da identidade nacional — dimensão ignorada pela Lei n.º 5.383/2021.

Nesse sentido, assinala-se a relevância da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na consolidação de uma política nacional voltada à valorização dos bens imateriais. A publicação *Patrimônio Cultural do Brasil: Pareceres de Registro dos Bens Culturais Imateriais – Volume 2*, editada em 2021¹, reúne pareceres

¹ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonioculturaldobrasilvol2web.pdf>
Acesso 6 ago 2025.

técnicos de 48 bens registrados entre 2002 e 2019, permitindo a compreensão do processo de reconhecimento, os fundamentos legais e os critérios utilizados na política de salvaguarda.

A obra, além de seu valor documental, funciona como instrumento pedagógico, acessível a gestores públicos, pesquisadores e comunidades, promovendo a difusão de boas práticas e o fortalecimento da cidadania cultural. Esse tipo de iniciativa evidencia o quanto o poder público pode — e deve — investir na identificação e proteção das manifestações culturais intangíveis, o que ressalta a limitação da Lei n. 5.383/2021 ao não contemplar expressamente esse conjunto de bens que, no contexto amazônico, representa formas essenciais de memória e identidade coletiva.

Desde sua promulgação, as ações vinculadas à Lei n. 5.383/2021 têm se restringido a iniciativas pontuais organizadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC-AM), como exposições temáticas, oficinas educativas e programação cultural durante a Semana do Patrimônio Histórico². Apesar de relevantes, essas ações não estão ancoradas em um plano estruturado de política pública, tampouco em diretrizes regulamentares que garantam continuidade, monitoramento e participação social. A ausência de regulamentação específica da lei — como instrumentos de financiamento, competências institucionais, mecanismos de articulação intersetorial e metas de avaliação — fragiliza sua efetividade enquanto instrumento de tutela cultural.

Ao comparar com as práticas adotadas no Dia Nacional do Patrimônio Cultural, observa-se que a celebração federal envolve campanhas coordenadas pelo IPHAN, orientadas por políticas públicas nacionais, como o Plano Nacional de Educação Patrimonial. Tais práticas valorizam não apenas a preservação de bens físicos, mas também a memória social, os vínculos comunitários e a construção coletiva da identidade cultural. Já no caso amazonense, a falta de articulação com essas diretrizes e a centralidade nos bens materiais revelam uma compreensão limitada do patrimônio cultural, incompatível com os avanços normativos e conceituais da contemporaneidade.

Essa limitação é particularmente preocupante no contexto amazônico, cuja riqueza cultural não reside apenas em edificações ou objetos históricos, mas também — e sobretudo — nas práticas ancestrais, na oralidade, nos rituais, nas festas, nas técnicas de manejo e nos modos de vida dos povos originários e das comunidades tradicionais. Ao

² Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/com-apoio-do-governo-do-amazonas-semana-do-patrimonio-discute-preservacao-dos-bens/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

omitir qualquer menção ao patrimônio imaterial, a legislação estadual invisibiliza esses sujeitos históricos e perpetua uma lógica seletiva de reconhecimento cultural que contraria os princípios da diversidade e da justiça cultural. A valorização exclusiva do material reforça uma perspectiva elitista de patrimônio, que prioriza bens tombáveis em detrimento de vivências coletivas enraizadas na floresta e nos rios.

Essa crítica ganha ainda mais relevância diante do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que reconhece expressamente como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, abrangendo formas de expressão, modos de fazer, criações artísticas, científicas e tecnológicas. Assim, ao limitar-se ao aspecto material, a Lei n.º 5.383/2021 não atende de forma integral ao comando constitucional. Nesse sentido, Fabiana dos Santos Dantas (2015, p. 31-54):

O artigo 216 da CF/88 estabelece duas ordens de critérios: a primeira – o valor – adjetiva o bem (arqueológico, paisagístico, por exemplo). Em segundo, como parâmetro da tutela, diz que esse bem adjetivado deve ser referente à identidade, à memória e à ação dos grupos formadores da sociedade brasileira. Para esclarecer a aplicação desse dispositivo, tome-se o seguinte exemplo: uma escultura é um bem cultural, que poderia ser adjetivado como histórico ou artístico, porém, só será considerado patrimônio cultural para fins de tutela jurídica por parte do Estado, por intermédio dos seus órgãos e entidades, se for representativo da identidade, da memória e da ação dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Pode-se afirmar, dessa feita, que a institucionalização do “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural” revela-se uma oportunidade desperdiçada de reforçar o compromisso do Estado do Amazonas com a pluralidade cultural e com o protagonismo das comunidades locais. Ao invés de constituir um espaço amplo de celebração da memória coletiva em suas múltiplas formas, a data restringe-se a um modelo técnico e objetivista de conservação, esvaziando seu potencial educativo, identitário e mobilizador.

A ausência de previsão quanto à participação social, à salvaguarda dos bens imateriais e à transversalidade com outras políticas públicas — como educação, turismo, meio ambiente e direitos humanos — evidencia a urgência de revisão da norma para que esta se adeque à realidade amazônica e aos marcos legais nacionais e internacionais em vigor. Tal lacuna normativa não apenas compromete a efetividade do instrumento como política pública, mas também fragiliza a proteção de uma memória coletiva que, na Amazônia, assume formas plurais e está profundamente enraizada nas práticas culturais

tradicionais, nos saberes ancestrais e nas manifestações imateriais das comunidades locais.

A inexistência de mecanismos de integração intersetorial dificulta a construção de políticas participativas, inviabiliza a gestão compartilhada do patrimônio cultural e distancia o ordenamento jurídico das diretrizes estabelecidas em documentos internacionais, como a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Nesse sentido, a atualização normativa apresenta-se como imperativo não apenas para atender às exigências legais, mas também para efetivar uma tutela cultural mais inclusiva, plural e comprometida com a diversidade sociocultural da região amazônica.

3 Limites e Potencialidades da Lei estadual como Instrumento de Proteção Cultural

A Lei n. 5.383/2021, ao instituir o “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural”, insere-se em um esforço relevante de valorização da memória e da identidade amazônicas. No entanto, sua eficácia como instrumento jurídico de proteção cultural revela limites importantes, tanto em sua formulação normativa quanto na sua implementação prática.

Um dos principais limites da norma reside na sua vinculação quase exclusiva ao patrimônio cultural material. A ênfase na “conservação e restauração” remete diretamente a bens físicos – edifícios, monumentos, sítios históricos – cuja proteção, embora necessária, não abarca a complexidade do patrimônio imaterial, consagrado constitucionalmente desde 1988 e reafirmado pela Convenção da UNESCO de 2003. Essa lacuna normativa perpetua a lógica tradicionalista que reduz o patrimônio àquilo que se pode ver, tocar ou medir, desconsiderando práticas culturais vivas que dão sentido à existência coletiva dos povos da floresta, dos povos indígenas, das comunidades ribeirinhas, quilombolas e urbanas.

Conforme já advertia Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 56), “o patrimônio não se resume à pedra e cal” – expressão que denuncia a limitação de políticas públicas que ignoram a dimensão simbólica e identitária da cultura. Essa crítica é reforçada por Marchesan (2007, p. 98-99) ao assinalar que uma tutela cultural eficaz deve combater o apagamento das narrativas periféricas e promover justiça cultural, compreendida como o reconhecimento institucional da diversidade de memórias sociais e de seus sujeitos.

Outro aspecto limitante diz respeito à ausência de regulamentação da Lei n. 5.383/2021. Sem parâmetros técnicos, operacionais e financeiros definidos, a celebração da data tende a se restringir a ações simbólicas ou isoladas, muitas vezes desvinculadas de uma política pública integrada e contínua. A educação patrimonial, por exemplo, é mencionada nos objetivos da lei, mas não há previsão de sua inserção curricular formal ou articulação com as redes de ensino, museus, centros culturais e universidades.

Também observa-se a ausência de mecanismos de controle social ou de participação comunitária nos processos decisórios sobre a aplicação da norma. Em um Estado como o Amazonas, marcado por forte diversidade étnica e cultural, torna-se imprescindível que as políticas de proteção ao patrimônio sejam construídas com escuta ativa das comunidades envolvidas, sob pena de reforçar assimetrias históricas de poder e invisibilizar saberes locais.

Por outro lado, a promulgação da Lei n. 5.383/2021 espelha algumas potencialidades que não devem ser desprezadas. Em primeiro lugar, expressa um reconhecimento institucional da importância do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento humano e sustentável, especialmente quando associa a preservação cultural à valorização da identidade e à promoção do bem-estar coletivo. Em segundo lugar, oferece uma oportunidade concreta para mobilização social e institucional, ao criar uma agenda anual que pode servir de base para campanhas de conscientização, formação de redes colaborativas e fomento a políticas públicas.

Em 2024, o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa — com apoio do Executivo estadual — promoveu a Semana do Patrimônio, com organização do IPHAN e espaço no hall do Porto de Manaus, envolvendo seminários, debates e atividades abertas sobre preservação dos bens culturais materiais e imateriais. Essa iniciativa demonstrou o potencial da data como mobilizadora e educativa para distintos segmentos da sociedade³.

Nesse sentido, destaca-se que o “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural” pode servir como instrumento de valorização e educação da população acerca do patrimônio cultural material e imaterial no contexto amazônico. A celebração da data, se acompanhada de ações permanentes e planejadas, pode favorecer o acesso da população às referências culturais locais e estimular o reconhecimento da

³Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/com-apoio-do-governo-do-amazonas-semana-do-patrimonio-discute-preservacao-dos-bens/>

diversidade como valor. Oficinas, rodas de conversa, exposições comunitárias e circuitos de memória são exemplos de ações possíveis que poderiam ser articuladas a partir da data.

Entretanto, para que esse potencial se concretize, é essencial que a legislação estadual amplie seu escopo, superando o modelo restrito centrado nos bens físicos e reconhecendo expressamente os bens imateriais como parte integrante da política patrimonial. A proteção de práticas, saberes, festas, tradições orais e modos de vida exige não apenas inclusão conceitual, mas também diretrizes operacionais específicas, com participação efetiva das comunidades detentoras e mecanismos de salvaguarda cultural, conforme previsto pela Constituição e pelos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Portanto, a data comemorativa instituída pela Lei n. 5.383/2021 pode ser ressignificada como ponto de partida para uma política de preservação ampla, participativa e coerente com a realidade amazônica. Para isso, é necessário que o poder público promova a regulamentação da norma, garanta recursos para sua execução, crie indicadores de impacto e incorpore a proteção dos bens imateriais como prioridade institucional. A tutela cultural, em um Estado pluriétnico e biodiverso como o Amazonas, não pode prescindir de uma abordagem que valorize tanto a materialidade quanto a memória viva dos seus povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição do “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural” pela Lei n. 5.383/2021 representa uma iniciativa relevante do Estado do Amazonas na valorização da memória coletiva e na promoção da identidade cultural regional. Ao reconhecer o patrimônio como elemento estruturante da cidadania e do desenvolvimento, a norma reafirma a importância da atuação estatal na preservação dos bens culturais. Conforme afirmado, a análise crítica da legislação evidencia limitações significativas em seu conteúdo e em sua efetividade.

A centralidade conferida pela norma ao patrimônio cultural material revela uma concepção ainda restrita de tutela, que desconsidera a pluralidade de manifestações culturais presentes na Amazônia. Ao omitir expressamente os bens imateriais – como saberes, rituais, práticas comunitárias e modos de vida tradicionais –, a lei reduz o alcance

da proteção jurídica e ignora o papel essencial da cultura viva na formação das identidades amazônicas. Tal omissão contraria o espírito da Constituição de 1988 e dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, que reconhecem a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade no campo do patrimônio.

Como salienta Cerqueira (2012, p. 55), “o registro oficial de um bem imaterial tem a virtude de reconhecer uma tradição popular – regional ou local – como suporte da identidade nacional, conferindo visibilidade e fortalecendo a autoestima de grupos sociais historicamente marginalizados”. Nesse sentido, a ausência de previsão expressa do patrimônio imaterial na Lei n. 5.383/2021 não apenas reduz a efetividade da norma, mas também compromete a preservação da memória coletiva e o reconhecimento da diversidade cultural como elemento estruturante da identidade amazônica e brasileira.

Alie-se o fato de que a preservação do patrimônio cultural, especialmente no contexto amazônico, precisa ser acompanhada de mecanismos institucionais capazes de promover a participação efetiva das comunidades detentoras dos saberes e práticas culturais. A tutela do patrimônio não deve ser compreendida como um processo verticalizado, conduzido exclusivamente pelo Estado, ao contrário, como uma construção coletiva, em que o diálogo entre o poder público e os grupos sociais assegure a valorização da diversidade cultural e a democratização do acesso aos instrumentos de proteção.

Nesse sentido, a efetividade de datas comemorativas como o “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural” dependerá diretamente da capacidade do Estado em desenvolver políticas contínuas, integradas e sensíveis às especificidades socioculturais da região, superando a lógica meramente simbólica e promovendo uma real inclusão das dimensões imateriais na agenda pública.

Apesar das fragilidades identificadas, a lei possui potencial transformador, sobretudo se reinterpretada como ponto de partida para políticas públicas mais abrangentes, inclusivas e participativas. Para tanto, é indispensável sua regulamentação, com a definição de metas, instrumentos de fomento, espaços de participação social e mecanismos de proteção aos bens imateriais. Além disso, é fundamental que o poder público promova ações contínuas de educação patrimonial, articuladas ao calendário escolar, aos espaços culturais e às comunidades locais, de modo a fortalecer o sentimento de pertencimento e o cuidado coletivo com o patrimônio.

Assim, conclui-se que o “Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural” pode assumir papel relevante na consolidação de uma política

cultural democrática no Amazonas, desde que superados os limites conceituais e operacionais atualmente vigentes. A efetividade da proteção do patrimônio cultural, em especial no contexto amazônico, demanda o reconhecimento da diversidade, a escuta ativa das comunidades e a adoção de instrumentos que garantam o exercício pleno dos direitos culturais, em sua dimensão material e imaterial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS (Estado). Assembleia Legislativa. **Lei n. 5.383, de 7 de janeiro de 2021**. Institui o Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural no Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 7 jan. 2021. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/12265>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRAGA, Robério. O Instituto do tombamento e proteção do bem cultural. Manaus: UEA Edições, 2007. ISBN 85-87707-20-5.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Novas diretrizes para a proteção do patrimônio: a diversidade cultural e o imaterial. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 12, n. 24, p. 40-63, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/revistas/index.php/metis/article/view/1703>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais**. In: OLIVEIRA, Gustavo Filipe Barbosa de; LIMA, Maria Marly Monteiro de; PEREIRA, Paulo Lopo Saraiva (org.). *Direitos culturais: fundamentos, teorias e práticas*. São Paulo: Atlas, 2021. p. 37-58.

DANTAS, Fabiana dos Santos. O patrimônio cultural protegido pelo Estado brasileiro. In: PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE UM DEBATE SOBRE A GLOBALIZAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE. Curitiba: Multideia Editora, 2015. p. 31-54. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. p. 56-76. In: ABREU, Regina (orgs.); CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Com apoio do Governo do Amazonas, Semana do Patrimônio discute preservação dos bens culturais**. Manaus: Secretaria de Cultura e Economia Criativa, 2024. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/com-apoio-do-governo-do-amazonas-semana-do-patrimonio-discute-preservacao-dos-bens/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Patrimônio cultural do Brasil: pareceres de registro dos bens culturais imateriais, vol. 2*.

Brasília: IPHAN, 2021. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonioculturaldobrasilvol2web.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dia do Patrimônio Cultural relembra a história do IPHAN**. Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-comemora-dia-do-patrimonio-cultura>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental: a necessária ampliação da proteção**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados Ed., 2007.

PEREIRA, Laryssa Custódio de França. A Proteção do Patrimônio Cultural: entre o dever do Estado, o princípio da participação popular e os desafios das políticas públicas. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9680/1/A%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20-%20entre%20o%20dever%20do%20estado%2C%20o%20princ%C3%ADpio%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20popular%20e%20os%20desafios%20das%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 6 ago. 2025.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.